

Sumário

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1. INTRODUÇÃO	21
2. PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL	29
2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	39
2.2. Princípio da isonomia	46
2.3. Princípio do devido processo legal	49
2.4. Princípio da presunção de inocência	55
2.5. Princípios do contraditório e da ampla defesa	57
2.6. Direito ao silêncio	60
2.7. Princípio da inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos	62
2.8. Princípio da duração razoável do processo	67
2.9. Princípio da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas	71
2.10. Princípio da publicidade	75
3. LIBERDADE DA MÍDIA E DIREITOS CORRELATOS	79
3.1. Breve histórico da liberdade de imprensa	81
3.2. Liberdade de imprensa no Brasil	83
3.3. Liberdade de pensamento e expressão	88
3.4. Proibição da censura	92
3.5. Direito de acesso à informação	98
3.6. Direito de acesso à informação e sigilo da fonte jornalística	99
3.7. Proibição do anonimato	101
3.8. Direito de resposta	102

3.9.	Indenização por dano moral ou à imagem	105
3.10.	Direito ao esquecimento	110
4.	DIREITO PENAL DO INIMIGO	113
4.1.	Panorama geral do pensamento de Günther Jakobs: o funcionalismo radical	118
4.2.	Surgimento do direito penal do inimigo	123
4.3.	Direito penal do inimigo na perspectiva de Jesús-María Silva Sánchez: terceira velocidade?	128
4.3.1.	Expansão do direito penal	128
4.3.2.	Primeira e segunda velocidades do direito penal	132
4.3.3.	Direito penal do inimigo como terceira velocidade	133
4.4.	Críticas ao direito penal do inimigo	134
4.5.	Efetivação do direito penal do inimigo	145
4.5.1.	Regime disciplinar diferenciado	148
4.5.2.	Relativização da tortura na Alemanha	152
4.5.3.	Repercussão do terrorismo na legislação penal e processual penal ...	156
4.5.4.	Crime organizado transnacional e terrorismo	162
4.5.5.	Riscos da diluição conceitual de terrorismo	165
4.5.6.	Construção do novo inimigo transnacional	166
4.5.7.	Soberania estatal e limites da atuação internacional	167
4.6.	Inimigo para além do ordenamento jurídico e o papel dos juízes	168
5.	CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DO INIMIGO PELA MÍDIA: A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NOS JULGAMENTOS CRIMINAIS	171
5.1.	Velocidade como mandatária da notícia	176
5.2.	Casos criminais de repercussão na mídia	186
5.2.1.	Caso Evandro (1992)	188
5.2.2.	Escola Base (1994)	193
5.2.3.	Caso Champinha (2003)	196
5.2.4.	Operação Lava Jato (2014)	201
5.3.	Regulação das mídias sociais e da inteligência artificial	209
6.	O INIMIGO ELEITO E PROPAGADO PELA MÍDIA	217
6.1.	Princípio contramajoritário e a opressão do clamor público nos julgamentos criminais	222

6.2.	Psicologia das massas	225
6.3.	Missão institucional da mídia	228
6.3.1.	Responsabilidade social, ética e verdade	233
6.3.2.	Papel investigativo da mídia	242
6.4.	Consequências do processo penal afetado pela mídia	244
6.4.1.	Garantismo e sua coexistência com os modelos autoritários	246
6.4.2.	Estado de exceção e direito penal de crises	251
6.4.2.1.	Estado de exceção judicial	254
6.4.3.	Conluio do sistema de justiça com a mídia	263
6.4.3.1.	Poder Judiciário	263
6.4.3.2.	Ministério Público	266
6.4.3.3.	Polícia Judiciária	268
6.4.3.4.	Poder Político	271
6.4.3.5.	Advocacia	274
7.	MÍDIA INQUISIDORA E A FABRICAÇÃO DO INIMIGO SOCIAL	279
	REFERÊNCIAS	287